



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 03/SSCB/2023
PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição por demanda de Combustível de Aviação para as aeronaves, equipamentos e Organizações de interesse do Comando da Aeronáutica no território nacional, incluindo as atividades de Operações Especiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento do Objeto:

1.2.1. Para o querosene de aviação (CATMAT 461558), deverão ser cumpridas as especificações descritas na Tabela I do Anexo à resolução 856, de 22/10/2021, emitida pela ANP, ou outra que venha a atualizá-la.

1.2.2. Para a gasolina de aviação (CATMAT 461509), deverão ser observadas as especificações descritas na Tabela I do Anexo à resolução 5, de 03/02/2009, emitida pela ANP, ou outra que venha a atualizá-la.

1.2.3. As condições, exigências e quantidades estimadas, em litros (L), por localidade estão estabelecidas no ANEXO A “LISTA DE ITENS E QUANTIDADES” deste instrumento, podendo ser alteradas para mais ou para menos nos limites estabelecidos pela Lei e de acordo com as necessidades operacionais do COMAER.

1.2.1. Os bens do objeto da contratação deverão obedecer a padronização seguida pelo ANP, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes das já mencionadas Tabelas I do Anexo à resolução 856, de 22/10/2021, e Tabela I do Anexo à resolução 5, de 03/02/2009, da ANP.

1.2.1.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 1.3.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 1.3.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 1.3.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 1.3.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

1.4. O Art. 8º do Decreto nº 8538/2015 estabelece que nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.5. Considerando o vulto da licitação em si, e a natureza sensível da aquisição, por estar relacionada diretamente a missão institucional da FAB, bem como a inexistência de microempresas e empresas de pequeno porte em certames anteriores, a Administração optou por não permitir a divisibilidade do objeto.

2. CONVENÇÕES

2.1. A fim de facilitar o entendimento dos termos e simplificar a elaboração do presente documento foram adotadas as seguintes siglas e expressões, com os seus respectivos significados, em conformidade com o que se segue:

- 2.1.1. AGENTE DE COMBUSTÍVEL - Oficial designado pela OMO para fiscalização, coordenação e controle das atividades relativas a combustíveis de aviação, instalações de armazenagem e equipamentos de abastecimento;
- 2.1.2. ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- 2.1.3. BT - Boca de tanque (abastecimento realizado diretamente no bocal de abastecimento da aeronave);

- 2.1.4. CARGA NOTAS FISCAIS - Arquivo em formato .txt com as informações relativas às Notas Fiscais emitidas;
- 2.1.5. CPA/CE – Comprovante de Produto de Aviação/Comprovantes de Entrega, ou documento similar;
- 2.1.6. CHD - Carreta Hidrante;
- 2.1.7. COMAER - Comando da Aeronáutica;
- 2.1.8. COMBLUB - Sistema Informatizado de Controle de Combustível de Aviação do COMAER;
- 2.1.9. COMGAP - Comando Geral de Apoio;
- 2.1.10. COMREC - Comissão de Recebimento;
- 2.1.11. CONTRATADA - Empresa a qual for adjudicado o objeto da licitação;
- 2.1.12. CTA - Caminhão Tanque Abastecedor;
- 2.1.13. DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;
- 2.1.14. DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
- 2.1.15. DESTANQUEIO - Operação que consiste na retirada do combustível da aeronave, utilizando-se o sistema de transferência (CTA);
- 2.1.16. DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico;
- 2.1.17. EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica;
- 2.1.18. EPI - Equipamento de Proteção Individual;
- 2.1.19. FAB - Força Aérea Brasileira;
- 2.1.20. GABAER – Gabinete do Comandante da Aeronáutica;
- 2.1.21. GR - Fornecimento do Objeto a Granel;
- 2.1.22. ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica;
- 2.1.23. ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços;
- 2.1.24. IPCA/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- 2.1.25. MCA – Manual do Comando da Aeronáutica;
- 2.1.26. OM DE DEFESA AÉREA - Organizações do Comando da Aeronáutica responsáveis pela Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro;
- 2.1.27. OMO - Organização Militar Operadora que possui dotação de combustíveis de aviação para consumo em aeronaves ou equipamentos;
- 2.1.28. OPERAÇÃO ESPECIAL - Atendimento a reabastecimentos de aeronaves da Força Aérea Brasileira, em locais que não tenham apoio

regular contratual de reabastecimento parcial ou total, havendo necessidade de se alocar o apoio necessário de combustíveis e/ou lubrificantes;

2.1.29. PREÇO DE EX-REFINARIA - Preço de faturamento do litro de querosene de aviação praticado nas refinarias produtoras;

2.1.30. PREÇO DE PISTA - É o preço de referência, cobrado no ato do abastecimento;

2.1.31. PREGÃO - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços e lances;

2.1.32. PRODUTOS - Querosene de Aviação (QAV) ou Gasolina de Aviação (AVGAS);

2.1.33. RADA - Regulamento de Administração da Aeronáutica;

2.1.34. SAR – Search and Rescue (Busca e Salvamento);

2.1.35. SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica;

2.1.36. TEXTO FORMATADO - Registros fornecidos para inserção de informações no sistema de COMBLUB;

2.1.37. TXT - Extensão utilizada pelo padrão TEXTO NÃO FORMATADO, no sistema COMBLUB; e

2.1.38. UAA - Unidade Abastecedora de Aeronave, constituída do conjunto carroceria/motor, tanque de combustível, filtros, bombas e demais equipamentos para reabastecimento de aeronaves.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice I deste Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

4.1. Anualmente, o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) edita e estabelece a distribuição do esforço aéreo de todas as aeronaves da FAB, por meio de legislação interna específica. Tal publicação tem como finalidade o planejamento das atividades aéreas para o ano corrente, de acordo com os parâmetros estabelecidos atinentes ao esforço aéreo a ser executado e à correspondente dotação de combustível. Com a perspectiva das horas de voo a serem executadas durante o ano, inicia-se o planejamento do combustível necessário para cumprir esse quantitativo de horas.

4.2. Com base em dados históricos, foi identificada uma alteração significativa nos perfis de demanda de algumas localidades em que já há cobertura contratual, bem como a necessidade de se realizar contratação de combustível de aviação em novas localidades. Isso se deu, em grande parte, devido à reestruturação ocorrida na FAB nos últimos anos, o que ensejou a necessidade de transferência de esquadrões de voo entre localidades, bem como alterações na frota de aeronaves, com a desativação de alguns projetos e a aquisição de outros, tais como o F-39 (Gripen). Em menor escala, constatou-se que a disponibilização do fornecimento de combustível em determinadas localidades permitiria a possibilidade de pousos intermediários para abastecimento, viabilizando maior alcance a determinadas aeronaves, bem como o aumento da capacidade do transporte de materiais. Além disso, foi verificada uma não linearidade no padrão de consumo em diversas localidades, devendo-se tal fato, sobretudo, à ocorrência de acionamento de missões inopinadas, decorrentes de fatores imprevisíveis (localidade onde ocorreram demandas de missões humanitárias, pandemias, desastres naturais e necessidade de transporte logístico e outras).

4.3. Posto isso, a Administração prevê o consumo aproximado de 8.052.333 (oito milhões, cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e três) litros anuais. O dimensionamento do volume a ser contratado foi realizado considerando o histórico de volumes consumidos por cada localidade nos períodos anteriores, levando-se em conta a peculiaridade do comportamento da demanda em cada aeródromo e suas alterações, incluindo uma margem de segurança de 10% sobre o volume calculado.

4.4. Diante disso, a adoção do prazo de vigência de 12 meses visa trazer benefícios para a Administração, bem como proporcionar maior segurança para as empresas em ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes será oferecida no negócio, conforme pode-se depreender dos parágrafos 200 a 202, do Acórdão nº 1214/2013 – TCU – Plenário, conforme segue:

“200. É pertinente concluir que, quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços.

...

202. É fato que é necessário avaliar periodicamente se o contrato ainda permanece vantajoso e se ainda há interesse da administração em sua manutenção, como tem sido exigência nas prorrogações sucessivas.”

4.5. A informação acerca do quantitativo dos itens por localidades, encontra-se no ANEXO A “LISTA DE ITENS E QUANTIDADES”, do presente Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo de Referência.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O fornecimento dos PRODUTOS será parcelado, conforme a demanda de abastecimento do CONTRATANTE, e perdurará pelo tempo de vigência do Termo Contratual oriundo da presente licitação.

7.2. Objeto fornecido pela CONTRATADA, nos prazos e nas quantidades requeridas pelo CONTRATANTE, para o atendimento do consumo deste, nos locais e horários que atendam às suas necessidades operacionais, nas seguintes condições:

7.2.1. A granel, mediante requisição do CONTRATANTE à CONTRATADA, entregues diretamente nos tanques ou depósitos, ou armazenados em tambores / tanques flexíveis de propriedade do CONTRATANTE, que deverá discriminar o local, o produto e a quantidade; e

7.2.2. A “boca do tanque”, sem prévia requisição, conforme demanda do CONTRATANTE, mediante emissão de CE assinado pelo comandante da aeronave / equipamento ou oficial por ele designado, entregando a 2ª via ao COMAER, entregue diretamente nos tanques das aeronaves, por meio de caminhão tanque abastecedor.

7.3. Os PRODUTOS, na modalidade a granel, deverão ser entregues pela CONTRATADA, sem interrupção, de segunda a sexta-feira, no horário de 06:00h às 23:00h, e aos sábados, domingos e feriados, de 08:00h às 17:00h. Entretanto, a critério do CONTRATANTE, visando atender às necessidades operacionais localizadas, de caráter permanente ou não, o horário acima poderá ser alterado, mediante prévio entendimento e comunicação à CONTRATADA.

7.4. O fornecimento do PRODUTO à “boca do tanque” deverá ser feito de forma a assegurar o fluxo contínuo para todos os abastecimentos, quando e onde ocorrerem demandas da CONTRATANTE.

7.5. Em qualquer das modalidades, para cada fornecimento de PRODUTOS será emitido um Comprovante de Entrega, onde constará a matrícula da aeronave, esquadrão aéreo, localidade, volume abastecido e assinatura do Oficial da FAB ou Agente designado.

7.6. A CONTRATADA ficará obrigada a assegurar a qualidade dos PRODUTOS, conforme preconizado em normas emitidas pela ANP, comprovados através do seguinte teste, fornecido pela CONTRATADA: detecção de água, para determinar a presença, de resíduos mínimos de água em suspensão sempre que solicitado, seja no reabastecimento efetuado diretamente de suas instalações ou das de propriedade do CONTRATANTE.

7.6.1. O teste será efetuado em cápsula detectora do tipo “*Shell Water Detector*” ou similar, em que serão aceitos nível de água no máximo de 30 ppm (partes por milhão).

7.7. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

7.7.1. estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013; CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 188;

7.7.2. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

7.7.3. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

7.8. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

7.8.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

- 7.8.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
- 7.8.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.”
- 7.9. Todo abastecimento deverá ser acompanhado por Oficial da FAB ou por Agente da Administração designado como Representante da CONTRATANTE.
- 7.10. A CONTRATADA deverá manter uma quantidade de pessoal e de equipamento de reabastecimento com plena capacidade operacional (CTA, CHD, UAA e demais equipamentos operacionais), compatível com as necessidades locais, de modo a evitar que a entrega dos PRODUTOS, OBJETO deste TERMO, provoque atrasos, demoras, interrupções ou cancelamentos de missões, bem como, qualquer impedimento ao pleno cumprimento de sua missão constitucional. Entende-se por atraso, o atendimento superior a 30 minutos do acionamento do abastecimento.
- 7.11. Para a execução da entrega dos PRODUTOS, a CONTRATADA deverá utilizar pessoal devidamente qualificado e treinado em operações de abastecimento de aeronaves e em outras atividades inerentes a um depósito de combustível de aviação, tais como: recebimento de produtos, operação de tanques, válvulas, bombas, filtros, linha de hidrantes e demais equipamentos. Ressalta-se que a presente contratação não configura dedicação exclusiva de mão de obra.
- 7.12. A CONTRATADA deverá abastecer, em caráter excepcional, e com autorização prévia do CONTRATANTE, aeronaves da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro, de nações amigas e aquelas referentes a convênios com outros Ministérios, Comandos ou entidades públicas ou privadas, inclusive em apoio a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como em atendimento a políticas públicas e sociais.
- 7.13. No local onde houver OM de Defesa Aérea ou Busca e Salvamento, sediada ou desdobrada (acionadas conforme a necessidade), de caráter permanente ou temporário, os PRODUTOS serão entregues durante todo o período em que estiver ativada a modalidade de Alerta.
- 7.14. Os bens serão recebidos provisoriamente, no momento do abastecimento, quando os Agentes designados pela Administração Pública, CONTRATANTE, acompanharão o abastecimento e assinarão as CPA/CE.
- 7.14.1. A Administração, por meio de testagens disponíveis antes da efetiva atividade de abastecimento (entrega), conforme disposto no subitem 7.6, rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.15. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento pelo fiscal do contrato, via e-mail funcional (combav.celog@fab.mil.br), de arquivo digital, contendo: a Nota Fiscal e as CPA/CE atreladas à respectiva Nota Fiscal. O recebimento definitivo será realizado, após conferência da consistência dos dados contidos no arquivo digital, sendo caracterizado pela emissão e envio à empresa da relação de pagamento, documento que elenca as notas fiscais recebidas, aptas ao processo de liquidação e pagamento.

7.16. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.17. O envio do arquivo digital descrito no subitem 7.15 à CONTRATANTE, para fins de recebimento definitivo e posterior processo de liquidação e pagamento, deverá ocorrer semanalmente, limitado a uma vez por semana.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.19. A Nota Fiscal entregue deverá conter, necessariamente, a memória de cálculo para a formação do preço praticado na respectiva localidade, com a decomposição do preço, conforme será descrito no item 9.5.

8. REQUISITOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Para a aquisição dos PRODUTOS, cujo comércio é classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto no Código 18 – 6 (Comércio de combustíveis e derivados de petróleo) do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº06, de 15/03/2013, as empresas deverão apresentar para a habilitação jurídica o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

8.1.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

8.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

8.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 8.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.2.2. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica, por meio da apresentação de documentação comprobatória de que a LICITANTE possua autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para distribuição e/ou revenda de querosene de aviação.
- 8.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.
- 8.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

9. CRITÉRIOS PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Entre outras responsabilidades, é atribuição da ANP zelar pela proteção dos interesses do consumidor no que se refere ao preço, à qualidade e à oferta dos combustíveis e derivados de petróleo, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005). Essa atribuição é exercida por meio da promoção da livre concorrência nos mercados regulados¹.

“Art. 8º - A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

I - Implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;”.

9.2. A ANP acompanha, semanalmente, por meio do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis, o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, por meio da Resolução ANP n.º 3, de 12 de fevereiro de 2004, que obriga semanalmente aos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores a apresentação de seus preços de venda máximo, mínimo e médio ponderado, nos pontos de fornecimento (municípios de entrega do produto), indicando a condição de comercialização (tipos de contratação de fretes em qualquer modalidade de transporte - FOB ou CIF), bem como os correspondentes

¹ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm, acesso em 27/04/2022 às 14h40min.

volumes comercializados de: gasolinas A e A Premium; óleo diesel; biodiesel e misturas óleo diesel/biodiesel; gás liquefeito de petróleo; óleos combustíveis 1A, 2A, 1B e 2B; produtos asfálticos CAP e ADP; nafta petroquímica; querosene de aviação; e gás natural veicular, industrial, doméstico e comercial.

9.3. Com o intuito de dar mais transparência aos preços de mercado, a ANP também divulga a estrutura de formação dos preços dos combustíveis e reproduz dados do Ministério de Minas e Energia, que detalham os valores praticados.

9.4. Assim, os preços dos combustíveis ao consumidor final variam como consequência dos preços nas refinarias, dos tributos estaduais e federais incidentes ao longo da cadeia de comercialização (PIS/PASEP e COFINS, CIDE e ICMS), dos custos e despesas operacionais de cada empresa, dos biocombustíveis adicionados ao diesel e à gasolina e das margens de distribuição e de revenda.

9.5. Do exposto, tem-se que, no presente processo, o preço final será diferenciado por cada litro por produto, em cada localidade, somando-se as parcelas: Arrendamento Variável, Preço Médio ANP* (atualizado mensalmente), Diferencial Fixo e ICMS, sendo o seu valor final “arredondado” na quarta casa decimal. A definição de cada componente e o cálculo utilizados estão apresentados no item 11 “Avaliação do Custo”.

9.6. A formação do preço composto por parcelas fixas e variáveis visa à manutenção da vantagem econômica ao longo da execução contratual, refletindo o preço de mercado no preço contratado.

9.7. A fim de compor o preço máximo da contratação, foi realizada pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação. O método para definição do preço referencial encontra-se descrito documento “Pesquisa de Preço”.

9.8. Como será descrito no item 11 “Avaliação do Custo”, o preço a ser pago pela Administração - preço final - será baseado na formação por localidade, conforme as tabelas da ANP, somados às parcelas atinentes ao Arrendamento Variável, Diferencial Fixo e à incidência do ICMS.

9.9. A proposta apresentada pela empresa deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10. JULGAMENTO POR MENOR PREÇO

10.1. Conforme se observa na planilha disponibilizada pela ANP², os valores praticados pelos produtores e importadores de petróleo variam semanalmente e

² Fonte: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores-e-importadores-de-derivados-de-petroleo>, acesso em 25/09/2022 às 08h30min.

de forma diferente em cada região do país. A referida planilha servirá de base para o presente certame.

10.2. Considerando o disposto no artigo 15 da Lei 8.666/93:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

10.3. O preço final a ser julgado pela Administração será baseado nos valores tabelados pela ANP, somados às parcelas atinentes ao Arrendamento Variável, Diferencial Fixo e à incidência do ICMS.

10.4. A Administração entende que para obter a proposta mais vantajosa para a Administração, o presente certame será julgado pelo critério de menor preço.

10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

10.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.8.1. Menor preço de venda, por local da entrega do item;

10.8.2. a quantidade de unidades em Litros, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item;

10.8.3. Marca;

10.8.4. Fabricante; e

10.8.5. Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

11. AVALIAÇÃO DO CUSTO

11.1. O valor a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo OBJETO deste Termo, será o preço compatível com o praticado no mercado, conforme o MAPA COMPARATIVO constante da instrução processual do presente certame.

11.2. A composição dos preços dos PRODUTOS deve demonstrar a alíquota e o valor do imposto que compõem o preço, por localidade.

11.3. O Convênio ICMS 84/90, de 12 de dezembro de 1990, que concede a isenção do ICMS nos abastecimentos das aeronaves, com destino ao exterior, foi prorrogado por tempo indeterminado pelo Convênio ICMS 151/94, de 14 de dezembro de 1994. As aeronaves do CONTRATANTE com destino ao exterior não pagarão ICMS, conforme legislação em vigor.

11.4. Nos preços do fornecimento dos PRODUTOS do OBJETO estão incluídos todos os impostos, taxas, mobilizações, fretes de transportes, seguros incidentes e outros previstos na legislação em vigor, à época da contratação.

11.5. O preço representa o valor a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, nas condições fixadas nesta cláusula, não podendo esta, por estarem inclusas no referido preço, reclamar do CONTRATANTE quaisquer outras quantias, a qualquer título, notadamente os referentes à:

11.5.1. Mão-de-obra;

11.5.2. Encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais; e

11.5.3. Subcontratação se for o caso.

11.6. Para efeito da proposta, o preço do litro do querosene de aviação (QAV) será calculado conforme a seguir:

11.6.1. **PREÇO MÉDIO PONDERADO ANP:** Os preços médios ponderados semanais praticados a partir de 2013 pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores dos derivados de petróleo são divulgados no sítio eletrônico da ANP, no endereço: “<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-produtores-e-importadores-de-derivados-de-petroleo>”, em níveis regional e nacional. Incluem, quando couber, as parcelas relativas à CIDE, ao PIS/PASEP e à COFINS. Não estão incluídos os valores do ICMS, os quais dependem de legislação própria de cada estado da Federação. O valor a ser utilizado em determinado mês será o valor referente ao Querosene de Aviação – QAV (R\$/litro) correspondente à última semana disponibilizada no site da ANP, no endereço supramencionado, a ser consultado no **último dia útil do mês anterior ao mês em que será praticado o preço**, e comprovado pela data de atualização exibido ao final da tabela. Ou seja, o valor utilizado em agosto de 2023, para a formação do preço, corresponderá ao valor da última semana disponibilizada no site da ANP, sendo provável que seja da última ou da penúltima semana de março de 2023, de acordo com a região do país em que está localizada a localidade contratada. Para a Região Centro-Oeste, será utilizado o valor correspondente a Região Brasil, uma vez que o sítio da ANP, em geral, não fornece valor referente ao Querosene de Aviação – QAV (R\$/litro) para a região Centro-Oeste.

11.6.2. **ARRENDAMENTO VARIÁVEL:** É o valor expresso em Reais equivalente a porcentagem do PREÇO FINAL do litro de querosene de aviação ou pelo valor da metragem cúbica consumida, cobrado pela empresa administradora aeroportuária na venda realizada nos aeroportos. Esta parcela não poderá ser inserida na composição do preço de querosene de aviação nas localidades em que a CONTRATANTE possua instalações de armazenagem de combustível de aviação das quais a CONTRATADA faça uso por meio de Contrato de CESSÃO DE USO a título não oneroso.

11.6.3. **DIFERENCIAL FIXO:** É o valor cobrado pela CONTRATADA para cobrir os custos e despesas operacionais do fornecimento em cada localidade licitada.

11.6.4. **PREÇO BRUTO LITRO (PL):** É o preço de um litro de querosene de aviação calculado somando-se os seguintes valores:

**PREÇO MÉDIO PONDERADO ANP + ARRENDAMENTO VARIÁVEL +
DIFERENCIAL FIXO + ICMS SOBRE O SOMATÓRIO DAS PARCELAS.**

11.7. Para efeito da proposta, o preço do litro de gasolina de aviação (AVGAS) será calculado conforme a seguir:

11.7.1. **PREÇO DE EX-REFINARIA:** Preço de faturamento do litro da gasolina de aviação nas refinarias produtoras será composto pelo preço, sem impostos, à vista ou de 45 dias para pagamento, mais os valores dos impostos quando for o caso. Este valor é atualizado periodicamente pelas refinarias, conforme autorização da ANP e Portaria do Ministério da Fazenda nº 463, de 06.06.1991.

11.7.2. **ARRENDAMENTO VARIÁVEL:** É o valor expresso em Reais equivalente a porcentagem do PREÇO DE EX-REFINARIA do litro de querosene de aviação ou pelo valor da metragem cúbica consumida, cobrado pela empresa administradora aeroportuária na venda realizada nos aeroportos. Esta parcela não poderá ser inserida na composição do preço da gasolina de aviação nas localidades em que o CONTRATANTE possua instalações de armazenagem de combustível de aviação.

11.7.3. **DIFERENCIAL FIXO:** É o valor cobrado pela CONTRATADA pelo serviço prestado em cada localidade, incluídos valores referentes à condição de pagamento e parcelas acrescidas de maneira diferenciada junto à refinaria e os custos logísticos para o fornecimento do combustível (perdas na cabotagem, taxas portuárias, dutos etc.).

11.7.4. **PREÇO BRUTO LITRO (PL):** É o preço de um litro de gasolina de aviação calculado somando-se os seguintes valores:

PREÇO DE EX-REFINARIA (ITEM 11.7.1) + ARRENDAMENTO VARIÁVEL (ITEM 11.7.2) + DIFERENCIAL FIXO (ITEM 11.7.3) + ICMS SOBRE O SOMATÓRIO DAS PARCELAS.

11.8. Para definir o preço a ser pago pela CONTRATANTE, será o menor preço bruto ofertado pelos licitantes, devendo ser compatível, mas não se limitando, ao preço de referência.

11.8.1. A CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte de tributos e contribuições nos pagamentos a pessoas jurídicas conforme a legislação em vigor.

11.8.2. O preço cobrado pela CONTRATADA para o fornecimento de combustíveis de aviação em tambores ou tanques flexíveis, de propriedade da CONTRATANTE, será igual ao preço de fornecimento de boca de tanque.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da Contratante:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6. Informar suas necessidades, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, quando for previsto um aumento de atividades aéreas, cujo consumo de combustíveis exceda em 50% (cinquenta por cento) a média local, ou que acarrete a insuficiência de recursos humanos e/ou de equipamentos necessários ao abastecimento, sem que tal procedimento constitua uma Operação Especial, devendo a CONTRATADA arcar com todos os custos necessários para realização do aumento da demanda;

12.1.7. Informar à CONTRATADA a necessidade de Operação Especial e solicitar orçamento para atendimento à Operação, especificando: a localidade, o período da operação, o tipo de aeronave, a especificação do

produto, o consumo diário e total, o tipo de reabastecimento e a necessidade de caminhão tanque com a respectiva capacidade. Após análise do orçamento, informar a CONTRATADA a autorização ou não para a realização da atividade de Operação Especial, conforme a ICA 67-42 "Atendimento a Operação Especial e Aumento de Demanda de Combustível e Lubrificante de Aviação no Território Nacional";

12.1.8. Estudar a possibilidade, em coordenação e em sinergia com a CONTRATADA, de implementar mecanização da sistemática de aferição dos abastecimentos, seus recebimentos e comprovação destes recebimentos, com vistas à segurança jurídica, e celeridade administrativa, adotando meios eletrônicos e de tecnologia da informação com vistas a manter as boas práticas de gestão, mas sempre em prol do equilíbrio econômico-financeiro contratual e em sintonia com os meios de segurança jurídico-administrativos de vanguarda;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1. Deverão ser mantidos nos aeródromos, um estoque mínimo de segurança, correspondente ao consumo médio mensal contratado na respectiva localidade, de forma a assegurar o fluxo contínuo para todos os abastecimentos, quando e onde ocorrerem demandas da CONTRATANTE. Esse estoque será mantido durante toda a vigência do Contrato, de forma a suprir as operações militares destacadas nas localidades, bem como garantir o cumprimento da Missão Constitucional e Institucional FAB.

13.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7.6 deste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando for o caso;

13.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

13.1.8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

13.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

13.1.10. Estar absolutamente capacitada a fornecer, nas condições, especificações, quantidades e prazos estabelecidos, todos os PRODUTOS referentes ao OBJETO, bem como, apresentar os Certificados de Controle de Qualidade da refinaria produtora atestando a qualidade do PRODUTO fornecido, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

13.1.10.1. O Certificado do subitem anterior deverá atestar que o produto atende aos requisitos previstos nas legislações estadual, federal e as normas regulamentadoras da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível.

13.1.11. Promover a execução dos planos e programas de abastecimento solicitados pela CONTRATANTE, com pessoal qualificado e com equipamentos (UAA) dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos para a atividade;

13.1.12. Estabelecer uma sistemática que permita manter, na localidade de abastecimento de aeronaves, por PRODUTO, uma quantidade de UAA que não prejudique o pronto atendimento das operações;

13.1.13. Utilizar pessoal devidamente qualificado e treinado em operações de abastecimento de aeronaves e em outras atividades inerentes a um depósito de combustível de aviação, tais como, recebimento de PRODUTOS, operação de tanques, válvulas, bombas, filtros, linha de hidrantes etc.;

13.1.14. Manter, em quantidade suficiente e em perfeito estado de funcionamento e dentro das normas de segurança, extintores e outros meios de combate ao fogo, procedendo, igualmente, a testes e exercícios frequentes e rotineiros de combate a incêndios. Anualmente a

CONTRATADA deverá informar um cronograma para realização dos testes e exercícios frequentes e rotineiros de combate a incêndios, bem como, enviar um relatório de realização à CONTRATANTE, depois de ocorrido cada exercício e teste;

13.1.15. Manter a segurança dos abastecimentos, obedecendo estritamente às normas vigentes e àquelas estabelecidas pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA, ou pelos fabricantes das aeronaves;

13.1.16. Responsabilizar-se inteiramente, inclusive perante terceiros, nos casos de reclamações, indenizações, perdas e danos decorrentes de fornecimentos de PRODUTOS fora da especificação, operação de transporte, armazenagem e reabastecimento indevidos, ou quaisquer outros prejuízos causados ao patrimônio público ou a terceiros, não suprimindo e nem reduzindo essa responsabilidade em face da atividade da Fiscalização;

13.1.17. Manter atualizados todos os seus registros, de modo a permitir à CONTRATANTE, a seu critério, apurar o fiel cumprimento do instrumento contratual;

13.1.18. Proibir a divulgação e/ou fornecimento de dados e informações referentes aos serviços contratados e considerados sigilosos a pessoal não autorizado, tais como: volume e tipo de combustível e/ou lubrificante consumido em qualquer período, capacidade de tancagem, instalações existente e estado das mesmas, manobras, exercícios e deslocamentos previstos, concentração de aeronaves de combate, armamento, munição, rotina da organização e capacitação técnica e toda e qualquer informação que possa ter utilidade militar, conforme estabelece o Decreto Nº 7.845, de 2012. A assinatura do Contrato compreende um Termo de Confidencialidade das informações dele oriunda;

13.1.19. Emitir o respectivo COMPROVANTE DE ENTREGA (CE/CPA), cuja data de emissão deverá ser anterior à data de emissão de sua respectiva Nota Fiscal, como recibo de toda e qualquer entrega de PRODUTOS de aviação à CONTRATANTE, sem emenda e/ou rasuras, entregando as primeiras vias à CONTRATANTE;

13.1.20. Estudar a possibilidade, em coordenação e em sinergia com a CONTRATANTE, de implementar mecanização da sistemática de remessa e entrega dos COMPROVANTES DE ENTREGA (CE/CEPA), recibos de toda e qualquer entrega de PRODUTOS, aferição dos abastecimentos, seus recebimentos e comprovação destes recebimentos, com vistas à segurança jurídica, adotando meios eletrônicos e de tecnologia da informação com vistas a manter as boas práticas de gestão, mas sempre em prol do equilíbrio econômico-financeiro contratual e em sintonia com os

meios de segurança jurídico-administrativos de vanguarda, o que se implementado, e após autorizado pelo Fiscal do Contrato, proporcionará à Contratada a opção de validação eletrônica das notas fiscais e COMPROVANTES DE ENTREGA (CE/CEPA) para o pagamento pela Contratante;

13.1.21. Arcar com todas as despesas relacionadas com os seguros necessários à proteção de seu pessoal e bens de sua propriedade bem como os bens da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, para cumprimento da Legislação Brasileira vigente, ou exigência legal que possa advir durante a execução do OBJETO do Contrato;

13.1.22. Responsabilizar-se pelo ressarcimento dos danos causados aos bens da CONTRATANTE, de terceiros ou ao meio ambiente, em função da má utilização de materiais ou equipamentos operados por seu pessoal;

13.1.23. A cada entrega, a CONTRATADA deverá apresentar laudo atestando a qualidade do PRODUTO entregue, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

13.1.24. Em caso de suspeita de abastecimento com combustível adulterado, a CONTRATANTE poderá solicitar análise qualitativa do PRODUTO fornecido pela CONTRATADA. Neste caso, poderão ser requeridos testes pela CONTRATANTE em laboratórios especializados que não pertençam à CONTRATADA e que serão indenizados pela CONTRATADA, limitados a 5 (cinco) solicitações anuais por Contrato;

13.1.24.1. A não apresentação do laudo poderá ensejar abertura de processo administrativo, a fim de verificar aplicação de penalidade por não cumprimento de cláusula contratual;

13.1.25. Promover a capacitação de pessoal da CONTRATANTE de modo a realizar operações de abastecimento de aeronaves, bem como as atividades inerentes aos equipamentos e instalações de armazenagem de combustível de aviação;

13.1.26. Fornecer à CONTRATANTE as informações em mídia, relativas às Notas Fiscais em formato (.PDF) e as tabelas de preços, gravados no padrão texto, formatado com a extensão (.TXT), para permitir a inserção de dados no sistema informatizado de controle de combustível. As Notas Fiscais (.PDF) e o arquivo (.TXT) deverão ser enviados juntamente;

13.1.27. Programar um rígido controle das notas fiscais devolvidas pela CONTRATANTE. A nota fiscal devolvida à CONTRATADA, caso necessite ser substituída, deverá conter o número da nota fiscal substituída no seu corpo e na informação fornecida em mídia formato (.TXT) à CONTRATANTE;

13.1.28. Manter em perfeitas condições de conservação e funcionamento os equipamentos utilizados nas operações de carregamento e descarga de PRODUTOS;

13.1.29. Apresentar e manter um plano de atendimento às emergências incluindo derrame de combustível, para fazer face às situações anormais previsíveis que coloquem em risco os funcionários da CONTRATADA e da CONTRATANTE, o meio ambiente, a imagem, o patrimônio da CONTRATANTE, da CONTRATADA e de terceiros, sendo adotado um plano por Contrato, salvo as especificidades de cada localidade;

13.1.30. Comunicar à CONTRATANTE, tão logo a realidade dos fatos permita, a ocorrência de todo incidente com derrame e ou vazamento de PRODUTO, incêndio, explosão, contaminação do meio ambiente, lesões pessoais graves ou fatais, danos à imagem da CONTRATANTE e ao patrimônio das instalações;

13.1.31. Fornecer aos seus funcionários todo equipamento de proteção individual (E.P.I.) de acordo com a operação a ser executada, para operações executadas nas instalações da CONTRATANTE;

13.1.32. Proporcionar treinamento adequado aos seus funcionários e aos da CONTRATANTE para o desempenho de suas funções e fiel cumprimento das normas de segurança, saúde e conservação ambiental;

13.1.33. Utilizar pessoal uniformizado, segundo padrões estabelecidos pela CONTRATADA, inclusive quanto à utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), portando, ainda, em lugar visível, a identificação funcional da CONTRATADA ou a fornecida pela CONTRATANTE, de forma a garantir a identificação do agente como funcionário da CONTRATADA;

13.1.34. Manter atualizado um cadastro de todas as instalações e equipamentos que forem operados pela CONTRATADA em razão do fornecimento dos PRODUTOS à CONTRATANTE, discriminando os itens que são de propriedade da CONTRATANTE;

13.1.35. Realizar armazenamentos dos PRODUTOS, OBJETO deste Contrato, sob sua responsabilidade, e fornecê-los, nas quantidades requisitadas pela CONTRATANTE, de acordo com as necessidades operacionais desta, tornando-se a depositária dos PRODUTOS adquiridos, OBJETO deste Contrato;

13.1.36. Fornecer combustíveis de aviação, no caso de abastecimento direto para aeronaves, somente por intermédio de equipamento de medição submetido ao controle metrológico por parte do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO ou por empresa por ele credenciada, sendo aceito os erros máximos admissíveis estabelecidos no Regulamento Metrológico, ressalvados os aspectos

quanto à segurança e contaminação do produto transportado; ou no caso de tambores, de acordo com a norma ABNT NBR 15216 - armazenamento de combustíveis - Controle da qualidade no armazenamento, transporte e abastecimento de combustíveis de aviação - ou outra que a substitua;

13.1.37. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos combustíveis ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Comando da Aeronáutica;

13.1.38. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a esse contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência;

13.1.39. Identificar em cada caminhão-tanque abastecedor, tanque ou outro recipiente apropriado para estocagem e transporte, de forma destacada, visível e de fácil identificação para o consumidor e operador, o tipo de combustível de aviação comercializado;

13.1.40. Dispor de manuais de procedimentos para a operação de recebimento, de armazenamento, de abastecimento de aeronaves de combustíveis de aviação e para situações de emergência e de mitigação de acidentes;

13.1.41. Informar até 60 dias após a assinatura do contrato, por meio de Carta a CONTRATANTE, o estoque reservado para atendimento a operações da FAB, e salvo se houver redução ou ampliação da capacidade instalada da tancagem, ela não será alterada. Em situações críticas e após acionamento da Administração, fornecer as informações diariamente por meios eletrônicos;

13.1.42. Enviar à CONTRATANTE orçamento prévio referente ao apoio da missão de Operação Especial, contendo os dados de preço unitário do produto, local de faturamento do produto, preço do frete, distância percorrida (km) ida e volta, custo diário da estadia, quantidade de dias da estada, quantidade de pessoas envolvidas, custo total da diária (pessoal) e o total das despesas;

13.1.43. Cumprir todas as obrigações e exigências contidas no Termo de Cessão de Uso, caso seja necessária sua assinatura, conforme item 20 deste Termo de Referência.

13.1.44. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE caso adote o Regime Especial de Tributação para Indústria de Defesa – RETID durante a vigência do contrato, objetivando o reajuste de preços em função dos benefícios tributários obtidos, sendo vedado o repasse de tributos isentos para a CONTRATANTE;

13.1.45. A CONTRATADA deverá apresentar a cada ano, a partir da data de início da vigência do contrato, até o término de cada mês de maio, bem como para o encerramento do contrato, uma declaração constando a informação de que não há Notas Fiscais pendentes de pagamento para o período apurado.

13.1.45.1. O período apurado deve compreender os meses de janeiro a dezembro de cada ano, com exceção do primeiro e do último ano do contrato. Para o primeiro ano do contrato, o período apurado será a partir da data de início da vigência do contrato até dezembro; e para o último ano do contrato, o período apurado será de janeiro até o encerramento do contrato.

13.1.46. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE se dará por meio do respectivo FISCAL DE CONTRATO, a ser nomeado e informado pela CONTRATANTE.

13.1.47. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

13.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

14.1.2. A subcontratação é admitida para serviços de transporte, logística de operação de abastecimento, bem como para outros serviços acessórios, necessários ao fiel cumprimento das obrigações principais do objeto definidas neste Termo de Referência.

14.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso

cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

16.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura nas instalações da

Contratante, conforme os itens 7.15 e 7.17 deste Termo de Referência, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e será considerado encerrado conforme previsto no item 17.5 deste Termo de Referência.

- 17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DO REAJUSTE DO DIFERENCIAL FIXO

18.1. Os preços, no que se referem ao Diferencial Fixo, são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, nos termos do item 18.9 deste Termo de Referência, os preços contratados, no que se referem ao Diferencial Fixo, que representa o serviço prestado pela CONTRATADA em cada localidade, poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{V \times (IPCA - IPCAo)}{IPCAo}$$

Onde:

R= valor reajustado do “Diferencial Fixo”;

V= valor do “Diferencial Fixo” a ser reajustado;

IPCA = índice acumulado relativo à data do reajuste;

IPCAo = Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, vigente na data da Oferta de Preço da CONTRATADA.

18.2. O primeiro reajuste deve ocorrer depois de decorrido o prazo mínimo de 1 (um) ano da data limite para a apresentação da proposta de preço (§ 1º, do artigo 3º, da Lei Nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001).

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste e o IPCA corresponderá ao índice vigente na data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido ou precluso.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.9. O pagamento de parcelas reajustadas somente deve ocorrer após o apostilamento do reajuste, conforme previsto no item 18.8 deste Termo de Referência, que somente será processado após a conferência da veracidade das informações.

19. DO VALOR DAS PARCELAS VARIÁVEIS E DE SUA COMPROVAÇÃO

19.1. O valor das parcelas variáveis deverá ser comprovado a cada faturamento, conforme itens 11.6 e 11.7 do presente Termo de Referência. O pagamento correspondente só será processado após a conferência da documentação recebida quanto aos seus componentes.

19.2. A comprovação da variação do valor dessas parcelas dar-se-á da seguinte forma:

19.2.1. **PREÇO MÉDIO PONDERADO ANP:** conforme item 11.6.1.

19.2.2. **PREÇO DE EX-REFINARIA:** conforme item 11.7.1.

19.2.3. **ARRENDAMENTO VARIÁVEL E IMPOSTOS:** A variação das parcelas de arrendamento variável, bem como aquela relacionada aos impostos, será concedida após a comprovação, por **documentação** oficial, de seu aumento ou diminuição. Entende-se por documentação oficial, neste caso, toda aquela emitida ou ratificada pelos Governos Estaduais, pela INFRAERO, pela Concessionária do Aeroporto, pela ANAC ou por qualquer outro Órgão pertencente à Administração Pública direta ou indireta.

19.3. As parcelas passíveis de variação serão atualizadas, ainda no mês de vigência, caso a documentação comprobatória, PROVENIENTE DE ÓRGÃO EMISSOR OFICIAL, seja enviada conforme descrito nos itens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.3.

20. SERVIÇO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES ESPECIAIS

20.1. Operação Especial, para efeito de suprimento de combustíveis de aviação, é o atendimento a reabastecimentos de aeronaves da Força Aérea Brasileira, em locais que não tenham apoio regular contratual de reabastecimento

parcial ou total, havendo necessidade de se alocar o apoio necessário de combustíveis.

20.2. O custo de uma Operação Especial será objeto de um orçamento prévio enviado pela CONTRATADA, baseado na planilha de custos da Operação constante do ANEXO "OPERAÇÃO ESPECIAL - PLANILHA DE CUSTOS". Essa planilha apresentará o preço do produto de acordo com o mesmo preço oferecido pela CONTRATADA na localidade mais próxima da realização da Operação. O custo máximo do serviço deverá ser constituído do custo do transporte do produto e das diárias do pessoal.

20.3. A Operação Especial será acionada pela Subdivisão de Combustíveis do CELOG, que se compromete a enviar o pedido de orçamento, por meio de documento formal, para a realização da referida Operação à CONTRATADA, em um prazo não inferior a 72 horas, contados regressivamente da data de início da Operação. Devido ao seu caráter intempestivo, as Operações Especiais solicitadas pela Presidência da República, Vice-Presidência da República e pelo GABAER, por meio do Grupo de Transporte Especial – GTE, não se enquadrarão nesse prazo.

20.4. A CONTRATADA terá o prazo de até 24 horas antes do início da Operação para enviar à COMREC, por meio de documento formal, a proposta de orçamento, sob pena de cancelamento por falta de aprovação. Esse documento formal deverá conter um detalhamento da planilha de custos da Operação, conforme o ANEXO "OPERAÇÃO ESPECIAL - PLANILHA DE CUSTOS" deste documento.

20.5. As Operações Especiais da Presidência da República, Vice-Presidência da República e do GABAER, por meio do Grupo de Transporte Especial – GTE, serão acionadas por documento formal da Subdivisão de Combustíveis do CELOG, em até 48 (quarenta e oito) horas do horário previsto para o início da logística da Operação, por parte da CONTRATADA. A CONTRATADA terá 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação para apresentar a proposta de orçamento, conforme ANEXO "OPERAÇÃO ESPECIAL - PLANILHA DE CUSTOS".

20.6. Todas as CONTRATADAS deste certame que forneçam combustíveis a localidades afastadas em até 500 km de raio do local onde será realizada a operação especial deverão obrigatoriamente apresentar a proposta de orçamento, quando solicitadas.

20.7. A Operação Especial será atribuída à contratada que apresentar o menor valor total de orçamento válido. Ressaltando-se que qualquer CONTRATADA poderá oferecer a sua proposta, independentemente da distância de referência especificada no subitem anterior.

20.8. O pagamento da operação especial será realizado após a comprovação, por documentação oficial detalhada, de todos os custos correlacionados ao transporte do combustível, ao transporte dos equipamentos necessários ao

fornecimento de combustível no local, à permanência dos equipamentos no local e às diárias do pessoal envolvido, conforme especificado no ANEXO "OPERAÇÃO ESPECIAL - PLANILHA DE CUSTOS".

20.9. Será permitida à CONTRATADA a subcontratação, desde que seja essencial ao fornecimento do serviço em tela, continuando sob sua responsabilização direta o acompanhamento e a gestão pela qualidade esperada.

20.10. Entende-se por documentação oficial, neste caso, notas fiscais, faturas e demais apontamentos correlacionados ao controle fiscal.

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. No uso das instalações da CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga sob penas previstas na Lei, a respeitar e obedecer integralmente às normas e exigências, necessárias à proteção da integridade física e da saúde dos funcionários, bens e equipamentos da CONTRATANTE e de terceiros, bem como a atender aos procedimentos disponibilizados de forma a evitar quaisquer danos ao meio ambiente, ao patrimônio, às instalações e à imagem da CONTRATANTE.

21.2. Com a finalidade de propiciar às partes o devido acompanhamento do cumprimento das regras de segurança e meio ambiente, a CONTRATANTE poderá organizar periodicamente reuniões de segurança, às quais deverá a CONTRATADA, obrigatoriamente, se fazer representar por um representante legal.

21.3. A inobservância ou o não cumprimento por parte da CONTRATADA, de quaisquer das regras de segurança e meio ambiente importará na adoção, pela CONTRATANTE, de acordo com a gravidade da transgressão, cuja análise estará a seu exclusivo critério, na forma da legislação vigente, de uma das seguintes medidas:

21.3.1. Suspensão imediata do fornecimento dos PRODUTOS, que só poderá ser reiniciado após o completo atendimento, pela CONTRATADA, das determinações da CONTRATANTE, com a efetiva solução das irregularidades constatadas, correndo os custos decorrentes da paralisação por conta exclusiva da CONTRATADA; ou

21.3.2. Rescisão do contrato decorrente do presente Termo de Referência por descumprimento de suas condições pela CONTRATADA, que, nesta hipótese, arcará com os ônus daí decorrentes, inclusive perdas e danos e multa.

21.4. Caberá, ainda, à CONTRATADA, a reparação de danos que tenha dado causa ao meio ambiente, bem como o eventual pagamento de todas e quaisquer despesas, incluindo multas, judiciais e administrativas, decorrentes da inobservância da legislação ambiental aplicável, sem prejuízo das demais responsabilizações por danos a terceiros, à CONTRATANTE e ao meio ambiente.

21.5. Concordam expressamente as partes em que a responsabilidade direta pelo ressarcimento de danos pessoais e/ou patrimoniais causados aos funcionários e prepostos da CONTRATADA, aos funcionários e prepostos do CONTRATANTE e a terceiros, bem como aqueles causados ao meio ambiente, desde que em decorrência da ação culposa ou dolosa da CONTRATADA, será única e exclusivamente desta, nenhuma responsabilidade podendo, nestas hipóteses, ser atribuída à CONTRATANTE.

21.6. No fornecimento do objeto desta licitação, a empresa vencedora deverá atentar para as normas aplicáveis referente à proteção ao meio ambiente emitida pelos órgãos oficiais (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente etc.), em especial, deverá verificar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos, quando aplicável:

21.6.1. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

21.6.2. que os combustíveis não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

21.6.3. As contratadas adotarão, ainda, no tocante às Operações Especiais, as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

21.6.3.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

21.6.3.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

21.6.3.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

21.6.3.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

21.6.3.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

21.6.3.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

21.6.3.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

21.6.3.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

22.1.1. Considerando o Estudo Técnico Preliminar e a análise de riscos feita para a contratação (Anexo F), não se faz necessária a exigência de garantia contratual da execução. Destaca-se que, pela natureza da contratação, o objeto só será pago pela Contratante após o recebimento definitivo dos PRODUTOS. Dessa forma, após uma análise de custo e benefício, identificou-se que a exigência de garantia oneraria o valor da contratação sem trazer uma vantagem que justificasse tal acréscimo.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

23.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

23.1.5. cometer fraude fiscal;

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

- 23.2.2. Multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
- 23.2.3. Em missões da Presidência da República, da Vice-Presidência da República, missões de Alerta de Defesa Aérea, de Serviço Aeromédico e missões SAR, nos atrasos de abastecimentos superiores a 60 (sessenta) minutos após a solicitação, o Comandante da Aeronave da CONTRATANTE poderá realizar o abastecimento em outra empresa abastecedora local, sendo que os custos deste abastecimento serão pagos pela CONTRATADA.
- 23.2.4. Poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 0,2 (dois décimos por cento) do valor da Parcela, caso a CONTRATADA descumpra qualquer condição ajustada no Contrato;
- 23.2.5. Quando a CONTRATADA der causa à rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções;
- 23.2.6. Considerando a conveniência e a oportunidade, a Administração poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.
- 23.2.7. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 23.2.8. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.2.9. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 23.2.9.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 23.1 deste Termo de Referência.
- 23.2.10. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.3. As sanções previstas nos subitens 23.2.1, 23.2.3, 23.2.8, 23.2.9 e 23.2.10 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 23.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 23.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 23.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 23.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 23.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 23.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1. As despesas decorrentes deste Termo de Referência deverão ser custeadas de acordo com a seguinte classificação orçamentária: Programa 6012 – Defesa Nacional, Ação 2868–Combustíveis e Lubrificantes de Aviação, Natureza de Despesa 339030 - Material de Consumo e/ou 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, ou qualquer outra dotação compatível com o objeto.

25.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

26. ANEXOS.

- 26.1. APÊNDICE I: Estudos Técnicos Preliminares
- 26.2. ANEXO A: Lista de Itens e Quantidades
- 26.3. ANEXO B: Modelo de Apresentação da Proposta
- 26.4. ANEXO C: Orçamento de Operações Especiais
- 26.5. ANEXO D: Cronograma Físico-Financeiro (CFF)
- 26.6. ANEXO E: Dimensionamento da Proposta
- 26.7. ANEXO F: Mapa de Riscos de Operações Especiais

Município de São Paulo, *(vide data da assinatura eletrônica)*

Elaborado por:

ALEXANDRE TADEU FERREIRA DA SILVA Ten Cel Av
Chefe da SSCB

APROVO o presente Termo de Referência, nos termos do inc. II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por conter (i) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto; (ii) o critério de aceitação do objeto; (iii) os deveres do contratado e do contratante; (iv) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária; (v) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços; (vi) o prazo para execução do contrato; e (vii) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara, conforme previsto no inc. XI do art. 3º do citado Decreto.

Brig Int MARCONI BENTES MANGABEIRA ROCHA JUNIOR
Ordenador de Despesas do CELOG



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA Nº 03/SSCB/2023
Data/Hora de Criação:	31/10/2023 13:17:29
Páginas do Documento:	35
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	36
Hash MD5:	5cbfa8ce15a35386dd36b04bdae7e97a
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Av ALEXANDRE TADEU FERREIRA DA SILVA no dia 31/10/2023 às 10:25:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Int MARCONI BENTES MANGABEIRA ROCHA JUNIOR no dia 31/10/2023 às 15:59:17 no horário oficial de Brasília.